5º CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE
19 e 20 de outubro de 2023
Uberlândia-MG

Grau de Divulgação dos Elementos de Conteúdo dos Relatos Integrados e sua Relação com o Perfil Econômico em Companhias Listadas na B3

Geovanna Silva Nunes (UFU) - geovanna.thirlwards@ufu.br

Denise Mendes da Silva (UFU) - denise.mendes@ufu.br

Márcio Viana Rolim (IFTM) - marcio.rolim@ufu.br

Resumo:

Este estudo tem como objetivo avaliar o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do Relato Integrado (RI) e sua relação com o perfil econômico em companhias listadas na B3, no período de 2019 a 2021. Para isso, são analisadas 27 companhias que publicaram o RI, de acordo com o banco de dados da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI). Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, por meio da análise de conteúdo e técnica de pesquisa documental. Espera-se que este estudo contribua na avaliação da aderência do RI ao framework, agregando-se à literatura de atributos de qualidade do RI, como também, que o confronto com o perfil econômico das empresas ofereça insights aos usuários das informações contábeis (notadamente, investidores e credores) para análise da relação entre as informações consideradas não financeiras e suas consequências econômicas. Os resultados revelam boa aderência das empresas ao framework do RI, com Índice de Disclosure médio de 0,86. Há, também, indícios de que o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI está relacionado ao tamanho e ao setor de companhias brasileiras listadas na B3, e não está relacionado à rentabilidade, à estrutura de capital e ao nível de governança corporativa. Em outras palavras, empresas maiores tendem a apresentar maior grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI, enquanto empresas de setores regulados tendem a apresentar menor grau de divulgação.

Palavras-chave: *Relato Integrado; Divulgação Voluntária; Índice de Disclosure.*

Área temática: *Contabilidade para Usuários Externos*

GRAU DE DIVULGAÇÃO DOS ELEMENTOS DE CONTEÚDO DOS RELATOS INTEGRADOS E SUA RELAÇÃO COM O PERFIL ECONÔMICO EM COMPANHIAS LISTADAS NA B3

Resumo
Este estudo tem como objetivo avaliar o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do Relato Integrado (RI) e sua relação com o perfil econômico em companhias listadas na B3, no período de 2019 a 2021. Para isso, são analisadas 27 companhias que publicaram o RI, de acordo com o banco de dados da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI). Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, por meio da análise de conteúdo e técnica de pesquisa documental. Espera-se que este estudo contribua na avaliação da aderência do RI ao *framework*, agregando-se à literatura de atributos de qualidade do RI, como também, que o confronto com o perfil econômico das empresas ofereça *insights* aos usuários das informações contábeis (notadamente, investidores e credores) para análise da relação entre as informações consideradas não financeiras e suas consequências econômicas. Os resultados revelam boa aderência das empresas ao *framework* do RI, com Índice de *Disclosure* médio de 0,86. Há, também, indícios de que o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI está relacionado ao tamanho e ao setor de companhias brasileiras listadas na B3, e não está relacionado à rentabilidade, à estrutura de capital e ao nível de governança corporativa. Em outras palavras, empresas maiores tendem a apresentar maior grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI, enquanto empresas de setores regulados tendem a apresentar menor grau de divulgação.

Palavras-chave: Relato Integrado; Divulgação Voluntária; Índice de *Disclosure*.

Área temática do evento: Contabilidade para Usuários Externos.

1 INTRODUÇÃO

As informações relacionadas à sustentabilidade vêm ganhando relevância no que se refere à transparência exigida das organizações e, nesse cenário, surgiu o Relato Integrado (RI). De acordo com a Orientação Técnica 09 (OCPC 09) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o RI é um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazos (CPC, 2021). O RI contém informações financeiras e não financeiras, de modo a beneficiar todas as partes interessadas (*stakeholders*) nas organizações (GONÇALVES; ANJOS; FREITAS, 2019).

A iniciativa para a elaboração do RI no Brasil ainda é uma novidade para muitas empresas, por considerar a necessidade do engajamento organizacional que promova um pensamento integrado, gerando uma mudança da cultura dentro da organização, etapa que se inicia bem antes da preparação do relatório (MARIA; D'ANGELO; BORGERTH, 2022). De modo geral, para as empresas, quanto maior a dedicação para alcançar um pensamento integrado perante suas atividades, a conexão entre a informação, os vários relatórios e as análises para tomada de decisões acontecerá de maneira fluida e natural. Além disso, o pensamento integrado gera um melhor entrosamento para os sistemas de informação que apoiam relatos e comunicações internas e externas, sendo um deles o RI (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL [IIRC], 2021).

O primeiro *framework* do RI foi lançado em 2013 pelo IIRC, tendo sua estrutura principiológica orientada pelos conceitos fundamentais, com o objetivo de auxiliar as

organizações, públicas e privadas, a adotarem o modelo do pensamento integrado, que leva em consideração uma gama de fatores que afetam a capacidade dessas empresas gerarem valor. Em 2021, o *framework* foi revisado, de modo a elucidar e simplificar as orientações para manter a estrutura adequada e robusta (IIRC, 2021).

Conforme a OCPC 09, o RI se baseia em uma abordagem de princípios que buscam o equilíbrio entre a flexibilidade e a imposição, além de permitir que o relatório se adeque à variedade de circunstâncias peculiares de cada organização. Destaca-se que os princípios são responsáveis pela essência de elaboração dos elementos de conteúdo.

Os elementos de conteúdo, por sua vez, se relacionam uns aos outros sem primazia de qualquer um sobre os demais, sem uma sequência padrão estipulada e sem considerar os mutuamente excludentes (OCPC 09, 2021). Os elementos de conteúdo são: i) visão geral da organização e de seu ambiente externo; ii) governança; iii) modelo de negócios; iv) riscos e oportunidades; v) estratégia e alocação de recursos; vi) desempenho; vii) base para elaboração e apresentação; e viii) orientações gerais sobre o relato.

Nesse contexto, vários estudos, nacionais e internacionais, foram desenvolvidos em temáticas relacionadas ao RI, tais como qualidade do RI e fatores determinantes de sua divulgação. Tamanho da empresa, rentabilidade, participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), são algumas características que podem determinar a divulgação do RI (MAGRO et al., 2014; RICARDO; BARCELLOS; BORTOLON, 2017; RIZZI et al., 2019). Empresas listadas em mercados internacionais também tendem a divulgar relatórios de sustentabilidade (SOUZA; ALMEIDA, 2017). Ademais, aspectos que se referem ao contexto no qual as empresas estão inseridas, como o setor de atuação e o nível de governança, são capazes de influenciar na divulgação de informações voluntárias (RICARDO; BARCELLOS; BORTOLON, 2017; RIVERA-ARRUBLA; ZORIO-GRIMA; GARCÍA-BENAU, 2017; SOUZA; ALMEIDA, 2017; RIZZI et al., 2019).

Albuquerque et al. (2017) apontam que a adoção do RI pelas empresas trouxe alguns impactos, como melhores indicadores de rentabilidade, maior participação de capital de terceiros e menor índice de liquidez corrente. Em outra linha, estudos apontam que empresas de países com importante desenvolvimento em códigos de governança, com tradição de divulgações não financeiras e que buscam pela atenção de diferentes *stakeholders,* com maior transparência e pela legitimidade sustentável, divulgam informações em um maior grau de qualidade e conformidade ao RI (RIVERA-ARRUBLA; ZORIO-GRIMA; GARCÍA-BENAU, 2017; TROCZ et al., 2022). No contexto brasileiro, analisando empresas que adotaram o RI, a curto prazo e, mesmo com altos níveis de aderência ao *framework* do IIRC, não é possível afirmar que houve benefícios econômicos (GONÇALVES; ANJOS; FREITAS, 2019; ROMÃO; RIBEIRO; VIEIRA NETO, 2022).

Como pode ser visto, os estudos acerca do RI oferecem resultados diversos, ocasionando a oportunidade de que mais pesquisas sejam desenvolvidas, uma vez que são muitos os fatores que podem ser considerados na avaliação da qualidade do RI, bem como na sua divulgação. Nesse sentido, levanta-se o seguinte questionamento: qual a relação entre o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI e o perfil econômico em companhias listadas na B3?

Este estudo tem como objetivo avaliar o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI e sua relação com o perfil econômico em companhias listadas na B3. Para isso, são analisadas as companhias que publicaram o RI, em conformidade com o *framework* do IIRC, de acordo com o banco de dados da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI).

A principal contribuição deste estudo reside em avaliar a aderência do RI ao *framework* do IIRC, no que se refere aos elementos de conteúdo, confrontando com o perfil econômico das empresas, gerando, a partir de seus resultados, um possível interesse, por demais organizações,

na publicação desse relatório. Em âmbito acadêmico, contribui na continuidade dos estudos que envolvem o RI, notadamente, daqueles interessados em suas consequências econômicas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Relato Integrado (RI)

Em um mundo no qual há o surgimento de novos contextos econômicos e competitivos, há de se criar novas necessidades de informações para os chamados *stakeholders* (partes interessadas). Na área de *disclosure*, vem ganhando força os Relatórios Corporativos focados em informações não financeiras, elaborados de forma voluntária, tendo destaque o RI (SOUZA; ALMEIDA, 2017; MIO, 2020).

O *framework* do Relato Integrado, lançado em 2013, define os princípios básicos e os elementos de conteúdo, estes que foram estabelecidos com um formato flexível e geral, de forma que diferentes organizações consigam adotar e declarar que estão reportando de maneira válida. É possível explicar, por meio dos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural) evidenciados no RI, as transformações dos recursos e os relacionamentos utilizados e afetados por uma organização na geração de valor ao longo do tempo (IIRC, 2021).

Em âmbito global, a publicação do RI permite entender melhor o processo de tomada de decisão como um todo, visto que é esperado se reconhecer o melhor uso dos recursos financeiros e não financeiros e, ainda, trazer benefícios perante resultados sustentáveis e de seus próprios capitais (NOVAKI, et al., 2022). É notório que os fatores determinantes para a adoção do RI são diversos e as conclusões sobre suas consequências econômicas ainda são incipientes (HOSSAIN; BOSE; SHAMSUDDIN, 2022). Jayasiri, Kumarasinghe e Pandey (2022) apontam que pesquisas relacionadas ao RI, nos últimos 12 anos, são, em sua maioria, qualitativas e quantitativas, com o enfoque na perspectiva da prática do relatório em si, analisando os impactos da sua publicação dentro das empresas, e não mais focadas em sua normatividade e conceitos.

Um marco que ocorreu, em agosto de 2022, para o aspecto normativo e de divulgação do RI, foi a consolidação da *Value Reporting Foundation* (VRF) na *IFRS Foundation*, de modo que o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) assumem, em conjunto, responsabilidade pela Estrutura de Relatório Integrado, de forma a desenvolver uma linha de base global abrangente de divulgações de sustentabilidade para os mercados de capitais (IFRS, 2022).

No Brasil, ocorreram diversos fatos sobre a evolução normativa e de próprio conhecimento do RI no país. Os órgãos públicos federais são obrigados a adotar o RI, segundo a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) Nº 178 de outubro de 2019 (ZARO, 2021). Fundamentado no avanço do incentivo à adesão voluntária das empresas brasileiras às divulgações de relatórios de sustentabilidade e afins, houve o programa "Relate ou Explique", criado, em 2012, pela Brasil, Bolsa Balcão (B3), que objetivava verificar se as empresas adotavam ou não algum relatório de sustentabilidade e, quando negativo, era necessário explicar o porquê da escolha (GARCIA; CIASCA; NABESHIMA, 2018). O programa teve sua última publicação em setembro de 2019.

Ao final de 2020, com a aprovação da Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado, as empresas que optarem pela divulgação do RI devem fazê-la de acordo com a referida orientação, sendo que o mesmo deve ser auditado por empresas independentes registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (CPC, 2021). Posteriormente, em 09 de junho de

2022, foi criado o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que, interagindo com o ISSB, visa estudar, preparar e emitir os documentos relacionados à divulgação de práticas de sustentabilidade (ambiental, social e de governança – ASG) (CFC, 2022).

Conforme Zhou, Simnett e Green (2017), a adoção do RI de forma eficiente permite aos analistas e provedores de capital incorporarem todas as informações relevantes em prol de uma melhor previsão e tomada de decisão. Contudo, de modo geral, ainda não se pode assegurar quantas empresas, efetivamente, publicam o RI, tendo em vista a sua não obrigatoriedade no contexto brasileiro e global.

Eccles e Saltzman (2011) afirmam que, pelo fato de não existir um formato padrão para o RI, transfere-se a responsabilidade para as partes interessadas quanto à tomada de decisões de investimentos ligadas à sustentabilidade e aos valores econômicos. A partir do *framework* do RI, passou-se a ter uma referência para elaboração do RI, contudo, sem se tornar um padrão ou *check-list* de itens a serem observados, porque sua construção é baseada em princípios (OCPC 09). Dessa forma, é interessante pesquisar a relação entre os atributos de divulgação dos RI publicados pelas empresas e seus possíveis desdobramentos nos aspectos econômicos.

2.2 Estudos Anteriores e Hipótese do Estudo

A comunicação das companhias com o mercado e os diversos *stakeholders* é caracterizada pelo *disclosure* de informações. O *disclosure* se refere à divulgação de dados ou informações essenciais para aqueles que pretendem analisar o desempenho de uma organização com o objetivo de tomada de decisões (FERNANDES, 2013). A demanda por *disclosure* decorre em face do modo com que as empresas buscam reduzir a assimetria informacional e os conflitos de *agency* entre gestores e os seus stakeholders (HEALY e PALEPU, 2001).

Nessa perspectiva, as organizações utilizam dois meios de divulgação para disseminação das informações aos *stakeholders*: a divulgação obrigatória e a voluntária. A divulgação obrigatória é representada pelas obrigações definidas em lei ou de acordo com as definições estatutárias das empresas. A divulgação voluntária é aquela que excede ao que é mandatário por norma ou lei e que representa uma escolha dos gestores, buscando aumentar a visibilidade e agregar valor à empresa perante a sociedade e seus *stakeholders* (CONSONI; COLAUTO; LIMA, 2017).

Verrecchia (2001) classifica os estudos existentes sobre a Teoria da Divulgação Voluntária em três categorias: divulgação baseada em associação, divulgação baseada em eficiência e divulgação baseada em julgamento. Este estudo se fundamenta na terceira categoria proposta por Verrecchia (2001), portanto, com foco endógeno e no poder discricionário dos gestores de decidir o que irá ser divulgado ou não quanto às informações a que têm acesso, mediante as motivações e incentivos que lhes são expostos. Isso implica que, apesar de existir uma orientação técnica para sua elaboração, o RI permanece com a característica de ser voluntário e suas diretrizes são princípios, mas não uma listagem padronizada a ser cumprida na íntegra. Nesse sentido, algumas pesquisas foram realizadas para entender melhor os possíveis fatores determinantes (ou explicativos) da evidenciação de conteúdo no RI, como pode ser visto na sequência.

Murcia e Santos (2009) buscaram identificar os fatores que explicam o nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil, verificando, por meio de métrica com categorias e análise de conteúdo, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) das empresas. Os autores evidenciaram que empresas com níveis elevados de governança, com ações em mercado internacional e participantes de setores regulados, apresentam um maior nível de *disclosure*, pois, mediante envolvimento nos aspectos citados, são comprometidas a

uma maior transparência e a melhores práticas de divulgação.

Magro et al. (2014) buscaram entender quais os fatores que melhor explicariam o nível de *disclosure* voluntário em uma amostra de 106 empresas listadas na B3. Com isso, mediante análise das Demonstrações Financeiras Anuais, das Notas Explicativas e dos Formulários de Referência das organizações, observaram que o tamanho é fator determinante para o nível de *disclosure* voluntário geral das empresas brasileiras, e que existe uma priorização do *disclosure* de informações econômicas, sendo a rentabilidade, juntamente com o tamanho, os fatores explicativos para esse nível de divulgação.

Albuquerque et al. (2017) pontuam que empresas pioneiras na divulgação do RI apresentam melhores indicadores de retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), maior participação de capital de terceiros e menor índice de liquidez corrente, se comparadas às que não aderiram a essa iniciativa. Isso ocorre, pois, empresas que apresentam melhor ROE tendem a divulgar mais informações voluntárias, de modo a mostrar ao mercado suas perspectivas financeiras, e ainda, com a publicação do RI, minimizar a perceção de riscos em seus investidores e credores.

Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) analisaram empresas listadas na B3 para identificar quais fatores influenciam na divulgação do relatório de sustentabilidade ou RI, não levando em conta o nível de *disclosure*. Os autores citados concluíram que os fatores tamanho e participação no ISE influenciam, de forma positiva, as chances de as empresas publicarem o relatório de sustentabilidade ou RI, ao passo que as variáveis rentabilidade, nível de governança corporativa e setores com atividades de alto grau de impacto ambiental não apresentaram influência significativa para se confirmar a probabilidade de publicação.

Rivera-Arrubla, Zorio-Grima e García-Benau (2017) propuseram um índice (DIIR) para mensurar o nível de conformidade do RI, referente à primeira versão do *framework* do IIRC e aos primeiros documentos divulgados pelas empresas no projeto-piloto. Sendo o DIIR composto por itens relacionados a alguns princípios e elementos do conteúdo, as empresas que apresentaram os maiores níveis são aquelas situadas em países com altos níveis de governança corporativa, justificados pela maior exigência de transparência da divulgação das informações financeiras e não financeiras. O nível de divulgação também sofreu influência mediante ao setor ao qual a empresa analisada pertencia, sendo as com melhores resultados aquelas participantes de setores regulados.

O resultado da análise feita por Souza e Almeida (2017) apontou que empresas de capital aberto brasileiras, com ações negociadas em mercados internacionais, tendem a divulgar mais, devido à maior exigência desse mercado por informações corporativas. Estes autores demonstraram, também, que empresas com alta alavancagem optam pela divulgação de mais informações em relatórios anuais, para evitar custos com monitoramento, e que empresas com baixa rentabilidade tendem a aperfeiçoar os níveis de divulgação corporativa, a fim de compensar o resultado negativo. Apontaram ainda que, variáveis como tamanho, nível de governança e setor de regulação não apresentaram nenhuma relação com o nível de divulgação.

Rizzi et al. (2019) verificaram que o retorno sobre o ativo (ROA), o tamanho da empresa, o crescimento das vendas, a relação *market-to-book* e a presença no ISE são fatores determinantes da conformidade do RI em relação às diretrizes divulgadas pelo IIRC. Possíveis explicações para estes achados estão relacionadas ao fato de que empresas grandes, rentáveis, presentes na carteira ISE e valorizadas pelo mercado, mediante seu destaque perante os investidores e a sociedade como um todo, tendem a divulgar o RI, para se diferenciar das demais, e ainda, preservar sua reputação com uma maior transparência.

Gonçalves, Anjos e Freitas (2019), em um estudo realizado com empresas que participaram do projeto-piloto do RI e pertencentes aos setores de bens industriais, materiais básicos, consumo não cíclico e utilidade pública, apontaram que não houve mudanças no

desempenho financeiro a curto prazo perante a publicação do relatório. Esta constatação pode ser explicada pelo fato de que as empresas ainda estão em um processo de adaptação ao RI, que é considerado um relatório recente, de modo que os resultados positivos não sejam percebidos a curto prazo. Os pesquisadores acrescentam que a espera do retorno financeiro seja apenas uma motivação para a emissão do RI, em conjunto com a busca pela legitimidade organizacional perante seus *stakeholders*.

Segundo Romão, Ribeiro e Vieira Neto (2022), não se pode afirmar que altos níveis de aderência ao *framework* do IIRC sejam capazes de capturar benefícios no desempenho econômico advindos do mercado. Esse apontamento foi obtido após a análise de coeficientes de variação dos índices de *disclosure* apresentar, de maneira significante, uma grande dispersão dentro do período em que as empresas publicaram o RI, em comparação ao período anterior à publicação.

No estudo feito por Trocz et al. (2022), foi possível observar que os atributos de divulgação de informações voluntárias de instituições financeiras, relacionadas à prática de responsabilidade corporativa sustentável, são muito parelhos, em se tratando da busca pela legitimidade em seus RI. Atendendo às expectativas de diferentes *stakeholders*, os resultados apontam que as empresas evidenciam informações sobre desempenho e impactos econômicos, ambientais, culturais e sociais, além da exigência legal, para se obter destaque perante as demais, favorecendo a sobrevivência e o sucesso organizacional.

Como pode ser visto, os resultados dos estudos que buscam relacionar os atributos de divulgação voluntária, especialmente do RI, com o perfil econômico das empresas ainda são contraditórios. Contudo, algumas variáveis, como tamanho, rentabilidade, estrutura de capital, setor e governança são recorrentes, denotando que podem trazer mais explicações sobre possíveis benefícios da divulgação do RI em conformidade com seus princípios básicos e elementos de conteúdo. Nesse sentido, apresenta-se a hipótese deste estudo:

H1: o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI está relacionado (a) ao tamanho, (b) à rentabilidade, (c) à estrutura de capital, (d) ao setor e (e) ao nível de governança corporativa de companhias brasileiras listadas na B3.

Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, por meio da análise de conteúdo e técnica de pesquisa documental. Para a composição da amostra, utilizou-se o banco de dados da CBARI, no qual estão presentes os RI publicados, de acordo com o *framework* do IIRC, no ano de 2020 (referentes ao ano de 2019) por 30 companhias listadas na B3. A partir desse banco de dados, foram coletados os RI referentes aos anos de 2019 a 2021, totalizando um período de análise de três anos, o qual corresponde aos últimos RI publicamente disponíveis pelas empresas na época da coleta dos dados (janeiro/2023).

A amostra inicial de 30 empresas foi reduzida para 27, em função da exclusão de três empresas que não se enquadraram nos critérios da pesquisa. A Cia Hering fechou o capital em 2019, impossibilitando o acesso aos documentos necessários (RI e demonstrações contábeis). A Cia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) teve suas ações incorporadas, em 2022, pela Eletrobras (controladora), que já faz parte da amostra, utilizando-se, portanto, as informações apenas da Eletrobras. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma companhia fechada e não listada na B3.

Os elementos de conteúdo presentes em um RI, elencados no *framework*, foram escolhidos como as unidades de análise para esta pesquisa. Conforme demonstrado no Quadro

1, adaptado do método utilizado por Kiliç e Kuzey (2018), as unidades de análise foram organizadas e separadas em uma tabela, dividindo-se os elementos de conteúdo em tópicos. Para cada um dos tópicos, foram relacionados subtópicos, a fim de organizar a leitura dos RI de acordo com as perguntas dos elementos de conteúdo, resultando no instrumento de pesquisa utilizado neste estudo.

Quadro 1 – Instrumento de pesquisa: elementos de conteúdo e seus subtópicos

	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL		**SAÍDAS**
V1	Missão e declaração de visão	**S26**	Principais produtos e serviços
V2	Explicações gerais sobre cultura organizacional, ética e valores	**S27**	Emissões de gases do efeito estufa
V3	Código de conduta/ética	**S28**	Utilização de água
V4	Estrutura operacional		**RESULTADOS**
V5	Cenário competitivo e posicionamento de mercado	**R29**	Reputação organizacional
V6	Número de funcionários	**R30**	Receita e/ou fluxo de caixa
V7	Área de atuação geográfica da organização	**R31**	Satisfação do cliente
	AMBIENTE EXTERNO	**R32**	Aumento ou diminuição dos capitais (criação ou diminuição de valor)
A8	Riscos e oportunidades		**ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS**
A9	Fatores legais	**ES33**	Objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo (sem prazo)
A10	Fatores políticos	**ES34**	Objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo (com prazo)
A11	Fatores sociais	**ES35**	Estratégias implementadas para atingir os objetivos estratégicos
A12	Forças de mercado	**ES36**	A medição de conquistas e resultados desejados
A13	Principais interessados	**ES37**	Capacidade da organização se adaptar às mudanças para atingir as metas
A14	Fatores ambientais	**ES38**	Ligação entre estratégia e os principais capitais
	GOVERNANÇA		**DESEMPENHO**
G15	Lista de Diretores	**D39**	KPI´s de medidas financeiras
G16	Experiência ou habilidades da Diretoria e/ou Conselho	**D40**	KPI´s que combinam medidas financeiras com outros componentes
G17	Cultura, ética e valores se refletem na utilização dos capitais	**D41**	Ligação entre o desempenho passado e atual
G18	Ações tomadas para monitorar a direção estratégica	**D42**	A comparação entre *benchmarkings* regionais e/ou setoriais
G19	Políticas de compensação	**D43**	Implicações financeiras de efeitos significativos sobre outros capitais
	ENTRADAS		***OUTLOOK***
E20	Principais insumos	**O44**	Expectativas sobre o futuro ou explicações sobre incerteza
E21	Diferenciação do produto (Vantagem competitiva)	**O45**	Previsão sobre os KPI´s
E22	Canais de distribuição	**O46**	Premissas relacionadas a essas previsões
E23	Serviço de pós-venda (diálogo com o consumidor)	**O47**	O desempenho atual e a perspectiva da organização
E24	Inovação		
E25	Treinamento de funcionários		

Fonte: Adaptado de Kiliç e Kuzey (2018) e Romão, Ribeiro e Vieira Neto (2022).

A partir do instrumento de pesquisa, apresentado no Quadro 1, é possível calcular o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI, o qual corresponderá ao índice de *disclosure* (ID), descrito na Equação 1:

$$ID = \frac{\sum_{i=1}^{t} IDi}{t}$$

Equação (1)

Em que:
• IDi = 0 ou 1
• IDi = 0, subtópico não divulgado;
• IDi = 1, subtópico divulgado ao menos uma vez;
• T = 47, total de subtópicos (t = 47);

No Quadro 2, são demonstradas as variáveis econômicas utilizadas para o perfil econômico das empresas, todas compostas com valores de final de ano (2019, 2020 e 2021).

Quadro 2 – Variáveis econômicas

Variáveis	**Indicador**	**Construto**	**Interpretação**	**Autor(es)**
Tamanho	Ativo (TAM)	Logaritmo natural do Ativo total	Tamanho da empresa	Magro et al. (2014), Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), Rizzi et al. (2019)
Rentabilidade	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Lucro Líquido/Patrimônio Líquido	Retorno sobre o capital próprio	Magro et al. (2014), Albuquerque et al. (2017), Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), Souza e Almeida (2017), Romão, Ribeiro e Vieira Neto (2022)
Estrutura de capital	Alavancagem (ALAV)	Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	Representatividade de empréstimos, financiamentos e debêntures (capitais onerosos de curto e longo prazo) em relação ao capital próprio	Souza e Almeida (2017)
	Endividamento (END)	Capital de Terceiros/Passivo+ Patrimônio Líquido	Representatividade do capital de terceiros em relação ao capital total à disposição da empresa	Albuquerque et al. (2017), Romão, Ribeiro e Vieira Neto (2022)
Setor	Setor regulado e não regulado (SETOR)	*Dummy*, sendo 0 = setor não regulado; 1 = setor regulado	Regulação do setor	Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), Rivera-Arrubla, Zorio-Grima e García-Benau (2017), Souza e Almeida (2017), Rizzi et al. (2019)
Governança	Segmento de listagem (GOV)	*Dummy*, sendo 0 = Tradicional, Nível 1, 2; 1 = Novo Mercado	Nível de transparência (Governança Corporativa)	Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), Rivera-Arrubla, Zorio-Grima e García-Benau, (2017), Souza e Almeida (2017)

Fonte: elaboração própria.

Os procedimentos de análise dos dados envolvem estatísticas descritivas, correlação de Pearson e análise de regressão linear múltipla, com nível de significância de 0,05. O modelo utilizado na regressão é representado na Equação 2.

$$ID = \beta 0 + \beta 1\ TAM + \beta 2\ ROE + \beta 3\ ALAV + \beta 4\ END + \beta 5\ SETOR + \beta 6\ GOV + \varepsilon i$$

Equação (2)

Em que:
ID, é o Índice de *Disclosure*, que mede o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI;
β1 TAM, *β2 ROE*, *β3 ALAV*, *β4 END*; *β5 SETOR*; *β6 GOV*, são as variáveis econômicas descritas no Quadro 2, que representam o perfil econômico das companhias;
β0 é o intercepto do modelo;
εi é o termo de erro.

Os resultados e as discussões são apresentados na sequência.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Caracterização da Amostra

Na Tabela 1 é apresentado o perfil da amostra quanto à classificação de setores e os segmentos de listagem na B3.

Tabela 1 – Perfil da amostra quanto ao setor e ao segmento de listagem

Setor	Quantidade	Frequência%
Utilidade pública	9	33,3
Financeiro	5	18,5
Consumo cíclico	4	14,8
Bens industriais	3	11,1
Materiais básicos	3	11,1
Consumo não cíclico	2	7,4
Tecnologia da informação	1	3,7
Total	27	100,0
Regulação no setor	Quantidade	Frequência%
Regulado	15	55,6
Não regulado	12	44,4
Total	27	100,0
Segmento de listagem	Quantidade	Frequência%
Novo Mercado	13	48,1
Nível 1	7	25,9
Tradicional	4	14,8
Nível 2	3	11,1
Total	27	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Na amostra, é possível notar a presença significativa de empresas que atuam nos ramos de utilidade pública, financeiro e consumo cíclico (com maior variação econômica), demonstrando ainda, um equilíbrio perante a regulação (ou não) dos setores. Este estudo apresenta uma diversificação maior de setores, se comparado à amostra de Gonçalves, Anjos e Freitas (2019), que analisaram, apenas, empresas de utilidade pública, consumo não cíclico, materiais básicos e bens industriais. Diferentemente deste estudo, na pesquisa de Kiliç e Kuzey (2018), o setor predominante na amostra foi o manufatureiro em detrimento a uma menor participação daqueles setores relacionados à prestação de serviço. Observa-se equilíbrio,

também, no que se refere às práticas de governança corporativa, representadas pelo segmento de listagem, característica diferente da amostra pesquisada por Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), em que apenas 36,01% das empresas analisadas pertenciam ao nível diferenciado de governança.

Na Tabela 2, apresenta-se o perfil das empresas analisadas quanto aos seus aspectos econômicos.

Tabela 2 – Perfil da amostra quanto aos aspectos econômicos (em milhares de Reais)

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	CV (%)
Ativo	3.535.927	2.166.019.000	201.238.202,90	485.883.152,26	241,45
Lucro Líquido	-6.691.720	26.582.639	3.817.329,00	6.585.674,31	172,52
Patrimônio Líquido	-2.202.306	147.121.011	24.290.563,67	37.707.444,38	155,23
Dívida Bruta	0	49.106.830	10.950.915,86	12.156.139,76	111,01

Fonte: dados da pesquisa. N = 81; CV (%) = Coeficiente de Variação percentual.

Os resultados apresentados na Tabela 2 apontam que a amostra é composta, majoritariamente, por empresas de grande porte (média de R$201 bilhões em ativos) e com alto nível de endividamento oneroso (dívida bruta). Outrossim, o valor expressivo encontrado no desvio padrão demonstra uma considerável volatilidade na situação financeira das empresas analisadas no período (2019 a 2021), provavelmente pelo impacto da pandemia.

Estatisticamente, observa-se na Tabela 2, pelo coeficiente de variação, que a Dívida Bruta e o Patrimônio Líquido possuem as menores variabilidades de dispersão. Essa menor variabilidade sinaliza que as empresas da amostra possuem a Dívida Bruta e o Patrimônio Líquido com valores mais aproximados entre si (média). No entanto, o Ativo apresenta o maior percentual de coeficiente de variação, portanto, maior variabilidade da dispersão, que indica que as empresas estudadas possuem tamanhos discrepantes. Esse resultado se alinha com os achados de Rizzi et al. (2019), os quais apontaram elevada dispersão para o tamanho da empresa. De outro modo, Kiliç e Kuzey (2018) encontraram menor variabilidade da variável tamanho.

Na Tabela 3, é demonstrado o perfil das empresas analisadas quanto aos indicadores econômicos utilizados.

Tabela 3 – Perfil da amostra quanto aos indicadores (%)

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	CV (%)
ROE	-73,44	225,05	16,09	27,90	173,40
ALAV	0,00	741,37	93,65	192,69	205,76
END	29,91	104,49	70,08	17,279	24,66
ID	0,64	0,98	0,86	0,07	8,14

Fonte: dados da pesquisa. Notas: ROE = Rentabilidade; ALAV = Alavancagem; END = Endividamento; ID = Índice de *Disclosure*; N = 81, CV (%) = Coeficiente de Variação percentual.

Os resultados apresentados na Tabela 3 indicam que, em média, as empresas, são endividadas e fazem bastante uso de passivos onerosos. Verifica-se, ainda na Tabela 3, que o Índice de *Disclosure* apresenta a menor variabilidade dos dados comparados. Isso pode sinalizar que a amostra de empresas possuí Índices de *Disclosure* próximos às médias no decorrer dos anos analisados. No estudo de Kiliç e Kuzey (2018) o índice de *disclosure* apresentou maior variabilidade em relação às médias. Em contrapartida, a alavancagem (ALAV) demonstrou a maior variabilidade pelo coeficiente de variação, indicando que o perfil

de endividamento das companhias é diversificado. Porém, o endividamento (END) apresenta um nível de variabilidade bem menor do que a alavancagem (ALAV). O retorno sobre patrimônio líquido (ROE) apresentou a segunda maior variabilidade em relação à média da rentabilidade, resultado semelhante ao encontrado por Romão, Ribeiro e Vieira Neto (2022).

4.2 Divulgação dos Elementos de Conteúdo do RI

Com o propósito de identificar a tendência de evolução do Índice de *Disclosure* das empresas, no período de 2019 a 2021, elaborou-se a Tabela 4. A análise de conteúdo realizada nas empresas da amostra, utilizando-se o instrumento de pesquisa (Quadro 1), permitiu medir o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI.

Tabela 4 – Evolução do Índice de *Disclosure* no período

	Empresa	ID 2019	ID 2020	ID 2021
1	Americanas	0,96	0,96	0,98
2	Banese	0,74	0,74	0,77
3	Bradesco	0,96	0,96	0,96
4	Braskem	0,79	0,85	0,89
5	BRB Banco	0,64	0,70	0,74
6	BRF SA	0,91	0,94	0,94
7	Carrefour BR	0,89	0,91	0,87
8	CCR SA	0,85	0,83	0,91
9	Celesc	0,81	0,81	0,83
10	Cemig	0,83	0,83	0,85
11	Cogna	0,74	0,81	0,83
12	Copel	0,79	0,79	0,81
13	CPFL Energia	0,79	0,79	0,83
14	Eletrobras	0,79	0,79	0,83
15	Energias BR	0,77	0,77	0,79
16	Gerdau	0,87	0,91	0,91
17	Itaú Unibanco	0,77	0,87	0,89
18	JSL	0,89	0,94	0,89
19	Light S/A	0,81	0,81	0,85
20	Magazine Luiza	0,87	0,87	0,89
21	Movida	0,94	0,96	0,89
22	Sanepar	0,91	0,94	0,94
23	Santander BR	0,89	0,94	0,96
24	Siderúrgica Nacional	0,85	0,94	0,96
25	TransPaulista	0,77	0,79	0,83
26	Totvs	0,87	0,87	0,89
27	Weg	0,91	0,91	0,91

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 4 observa-se que, aproximadamente, 81% das empresas apresentaram algum crescimento no seu Índice de *Disclosure* durante o período, reforçando uma tendência de elevação da curva de aprendizado na elaboração do RI. As empresas Bradesco, BRF, Gerdau,

Sanepar e Weg demonstraram estabilidade em seus índices nos dois últimos anos, mas pode-se justificar a estabilidade em função de possuírem um dos maiores Índices de *Disclosure* (acima de 0,90) dentre as empresas avaliadas. As empresas com variação negativa para os dois últimos anos foram Carrefour BR, JSL e Movida, o que demostra o fortalecimento em atender aos requisitos de divulgação dos elementos de conteúdo por parte das empresas brasileiras.

Importante lembrar que, conforme a OCPC 09, O conteúdo do Relato Integrado depende das circunstâncias individuais da organização, por isso, os elementos de conteúdo são apresentados como perguntas, e não como listas de verificação de divulgações específicas. Consequentemente, é necessário exercer o julgamento profissional na aplicação dos Princípios de Orientação para determinar qual informação deve ser relatada e como ela deve ser relatada.

4.3 Grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI e perfil econômico

Para testar a relação entre o Índice de *Disclosure* e as variáveis deste estudo, realizou-se a Correlação de Pearson. Os resultados estão demonstrados na Tabela 5:

Tabela 5 – Análise de correlação

		ID	END	ALAV	ROE	TAM	GOV	SETOR
ID		1						
	Sig.							
END		-,053	1					
	Sig.	,638						
ALAV		,101	,062	1				
	Sig.	,368	,579					
ROE		,058	,121	,143	1			
	Sig.	,606	,281	,204				
TAM		,195**	,390*	-,137	,069	1		
	Sig.	,081	,000	,221	,542			
GOV		,202**	-,220*	,221*	-,194**	-,394*	1	
	Sig.	,070	,049	,048	,082	,000		
SETOR		-,461*	,185**	-,157	,037	,282*	-,481*	1
	Sig.	,000	,098	,162	,745	,011	,000	

Fonte: dados da pesquisa. Notas: ID = Índice de *Disclosure*; END = Endividamento; ALAV = Alavancagem; ROE = Rentabilidade; TAM = Tamanho; GOV = Governança; N = 81; * a correlação é significativa ao nível de 0,05; ** a correlação é significativa ao nível de 0,10.

Como pode ser visto na Tabela 5, a variável setor apresentou correlação negativa moderada e estatisticamente significativa, ao nível de 5%, com o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI, representado pelo Índice de *Disclosure*. Em outras palavras, há indícios de que empresas em setores regulados não necessariamente são as que têm maior grau de divulgação dos elementos de conteúdo no RI. Esse resultado difere dos estudos de Ricardo, Barcellos e Bortolon (2018) e Kiliç e Kuzey (2018), que não encontraram associação significativa do nível de divulgação com o setor.

As variáveis tamanho e governança demonstraram uma correlação positiva fraca e significativa, ao nível de 10%, com o Índice de *Disclosure*, o que indica que grandes empresas listadas em segmentos com melhores práticas de governança corporativa tendem a apresentar maior grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI. Outros estudos também encontraram associação significativa do tamanho das empresas com o Índice de *Disclosure*, como Rizzi et al. (2019), Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) e Kiliç e Kuzey (2018). Por outro lado, Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) não encontrou associação significativa entre governança corporativa e grau de divulgação.

As variáveis rentabilidade, alavancagem e endividamento não revelaram correlação significativa com o Índice de *Disclosure*, indicando que empresas mais rentáveis, mais alavancadas e/ou endividadas não parecem ter maior grau de divulgação voluntária. Adicionalmente, a análise de correlação entre os indicadores econômicos aponta, para a amostra pesquisada, que as grandes empresas são as mais endividadas, assim como aquelas listadas no segmento considerado com melhores práticas de governança corporativa, que também são mais alavancadas e com menor retorno sobre o Patrimônio Líquido. As empresas de setores regulados são as maiores, mais endividadas e listadas no nível mais alto de governança corporativa da B3.

No intuito de aprimorar os resultados encontrados na análise de correlação, realizou-se uma regressão linear multivariada, cujo resumo do modelo é apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 – Resumo do modelo de análise de regressão

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,594[a]	,352	,300	,06029	1,476

Fonte: elaboração própria. Notas: variável dependente: ID = Índice de *Disclosure*; variáveis independentes: TAM = Tamanho; ROE = Rentabilidade; ALAV = Alavancagem; END = Endividamento; SETOR = Setor B3; GOV = Governança. N = 81.

Com um valor de R quadrado de 0,352, observa-se que as variáveis selecionadas têm 35,2% de potencial para explicar o grau de divulgação dos elementos de conteúdo no RI, o que é tido como baixo. O teste Durbin-Watson confirma esta capacidade fraca de explicação, pois o valor encontrado de 1,476, está próximo de 2, que é o indicador que sinaliza não existir relação entre as variáveis. Apesar do baixo poder explicativo do modelo, a análise de variância (ANOVA) denota que pelo menos uma das variáveis é significativa, como pode ser visto na Tabela 7.

Tabela 7 – Significância do modelo – ANOVA

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	,146	6	,024	6,711	,000[b]
	Resíduos	,269	74	,004		
	Total	,415	80			

Fonte: elaboração própria. Notas: variável dependente: ID = Índice de *Disclosure*; variáveis independentes: TAM = Tamanho; ROE = Rentabilidade; ALAV = Alavancagem; END = Endividamento; SETOR = Setor B3; GOV = Governança. N = 81.

De acordo com a Tabela 7, existe relação estatística significativa pois o valor-p (Sig. = 0,000) encontrado foi inferior a 5%, portanto, médias dos valores são significativamente diferentes. Observa-se, ainda, que o Teste F (Fisher Snedecor) tem o valor crítico de 6,711 e, quando comparado com o valor F tabelado de 2,224, calculado mediante os valores apresentados, dão suporte à relação estatística encontrada. Na Tabela 8, visualiza-se os parâmetros do modelo para identificação das variáveis significativas.

Tabela 8 – Parâmetros do modelo

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Modelo padrão	Beta		
1	(Constante)	,556	,091		6,133	,000
	SETOR	-,073	,016	-,504	-4,666	,000
	GOV	,015	,017	,105	,901	,371
	TAM	,021	,005	,425	3,897	,000
	ROE	,000	,000	,074	,758	,451
	ALAV	2,024E-005	,000	,054	,547	,586
	END	,000	,000	-,115	-1,110	,270

Fonte: elaboração própria. Notas: variável dependente: ID = Índice de *Disclosure*; variáveis independentes: TAM = Tamanho; ROE = Rentabilidade; ALAV = Alavancagem; END = Endividamento; SETOR = Setor B3; GOV = Governança. N = 81.

Analisando-se a Tabela 8, é possível confirmar, pela regressão, os resultados da análise de correlação para as variáveis tamanho e setor. Contudo, o mesmo não ocorre para a variável governança. Dessa forma, há indícios de que o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI está relacionado ao tamanho e ao setor de companhias brasileiras listadas na B3, deixando-se de rejeitar H1 (a) e H1 (e), e não está relacionado à rentabilidade, à estrutura de capital e ao nível de governança corporativa, rejeitando-se H1 (b), H1 (c) e H1 (e).

Em outras palavras, empresas maiores tendem a apresentar maior grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI, enquanto empresas de setores regulados tendem a apresentar menor grau de divulgação. De modo geral, as variáveis tratadas na literatura como determinantes do *disclosure* parecem se confirmar como tal, em se tratando do grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI de companhias brasileiras listadas na B3, no que diz respeito, apenas, ao tamanho e ao setor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi avaliar o grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI e sua relação com o perfil econômico em companhias listadas na B3. Os resultados apontam para três aspectos inerentes à hipótese levantada, a partir das análises estatísticas realizadas.

O primeiro aspecto se refere às variáveis tamanho e governança, que apresentaram relação positiva com o Índice de *Disclosure*, demonstrando que empresas grandes e que fazem parte do segmento de governança corporativa mais elevado da B3 tendem a ter maior grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI, resultado corroborado pela análise de regressão linear multivariada no tocante ao tamanho. O segundo aspecto diz respeito à variável setor, que apresentou relação negativa com o Índice de *Disclosure*, mostrando que empresas que fazem parte de setores não regulados apresentam grau de divulgação maior que as presentes em setores regulados. Por fim, o terceiro aspecto é referente às variáveis representativas da rentabilidade e da estrutura de capital, consideradas como determinantes do *disclosure* na literatura correlata, mas que não foram significativas neste estudo.

Possíveis explicações para esses resultados por estar atreladas ao contexto econômico do país (Brasil) em que as empresas atuam, ao período estudado (2019 a 2021), ao tamanho da amostra e ao julgamento dos pesquisadores no processo de coleta de dados relativos ao cálculo do Índice de *Disclosure*.

O Brasil, apesar de ser considerado um país emergente e com o mercado de capitais pouco desenvolvido, é um contexto interessante para estudo do Relato Integrado, uma vez que

abriga empresas que participaram do projeto piloto de sua elaboração e, ainda, uma comissão específica (CBARI) para estudo e desenvolvimento do RI, algo ainda não visto em outros países nos quais as empresas adotam o RI voluntariamente. Dessa forma, pesquisa futuras podem ser desenvolvidas para analisar o efeito do país no grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI.

O período estudado (2019 a 2021) pode ter impactado os indicadores financeiros das companhias, devido à pandemia de Covid-19, mas tornou-se um período favorável a ser explorado, pois, envolve um momento anterior (2019 e 2020) à vigência da OCPC 09, que exige que, a partir de 2021, as empresas brasileiras que elaboram o RI sigam o *framework* (estrutura conceitual) obrigatoriamente, além de promover a asseguração deste relatório por empresa de auditoria registrada na CVM. Sendo assim, o controle por ano pode ser importante para a continuidade dos estudos nessa temática.

O tamanho da amostra restringiu as análises a poucas observações, contudo, optou-se por se deter nas empresas pertencentes ao banco de dados da CBARI por considerá-las como um *benchmarking* para demais companhias, ou seja, seriam pioneiras na qualidade de divulgação do RI (aderência ao *framework)*. Este aspecto pode se confirmar pela estabilidade revelada nos índices de *disclosure* apurados. A comparação com demais empresas que publicam o RI no Brasil ou com *benchmarks* de outros países pode ser interessante em estudos futuros.

Quanto ao julgamento dos pesquisadores na coleta de dados, entende-se como uma limitação típica de estudos envolvendo o RI, pois, apesar de se ter escolhido um *checklist* de elementos de conteúdo já testado em estudos anteriores, a leitura dos relatórios é limitada à percepção dos pesquisadores. Outra importante limitação quanto à coleta de dados relacionados ao RI é a própria dificuldade de identificação do relatório, ou seja, se trata-se ou não do RI, devido à pluralidade das nomenclaturas empregadas pelas empresas em seus relatórios, tais como: “Relato Integrado”, “Relatório Anual de Sustentabilidade”, “Caderno ESG”, dentre outras, bem como à disposição das informações na estrutura dos relatórios, sendo distinta, principalmente na análise de um setor para outro.

Espera-se que as conclusões deste estudo contribuam na avaliação da aderência do RI ao *framework*, agregando-se à literatura de atributos de qualidade do RI, como também, que o confronto com o perfil econômico das empresas ofereça *insights* aos usuários das informações contábeis (notadamente, investidores e credores) para análise da relação entre as informações consideradas não financeiras e suas consequências econômicas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jaianne Rodrigues et al. Influência da divulgação do relato integrado nos indicadores econômico-financeiros: uma análise comparativa do desempenho de empresas participantes e não participantes do projeto piloto do IIRC no Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador-Bahia, v. 11, n. 3, p. 188, Set./Dez., 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/23831/15321. Acesso em: 11 dez. 2022.

COMISSÃO BRASILEIRA DE ACOMPANHAMENTO DO RELATO INTEGRADO (CBARI)**. Relatórios no Brasil publicados em 2020.** Brasil, 2019. Site. Disponível em: https://relatointegradobrasil.com.br/relatorios-no-brasil. Acesso em: 9 ago. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **OCPC 9 - Relato Integrado.** Brasília, 2021. Site. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=122. Acesso em: 11 dez. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **CFC aprova resolução criando o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade.** Brasil, 2022. Site. Disponível em: https://cfc.org.br/noticias/cfc-aprova-resolucao-criando-o-comite-brasileiro-de-pronunciamentos-de-sustentabilidade/. Acesso em: 11 dez. 2022.

CONSONI, Silvia; COLAUTO, Romualdo Douglas; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. Divulgação voluntária e gerenciamento de resultados: evidências do mercado de capitais brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S.l.], v. 28, p. 249-263, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcf/a/NwYX4MvVHMcz5y3zvxnnhbg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 dez. 2022.

ECCLES, Robert G.; SALTZMAN, Daniela. Achieving sustainability through integrated reporting. **Stanford Social Innovation Review**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 56-61, 2011. Disponível em: https://ssir.org/articles/entry/achieving_sustainability_through_integrated_reporting. Acesso em: 12 dez. 2022.

FERNANDES, Sheila Mendes. Fatores que influenciam o disclosure ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 2, p. 250-267, 2013. Disponível em: https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/contabil/article/view/402. Acesso em: 13 dez. 2022.

GARCIA, Alexandre Sanches; CIASCA, Davi. Navarro.; NABESHIMA, Flavia Kao. Relato integrado: um olhar nas produções acadêmicas e na sua implementação pelas empresas. **Anais do XLII Enanpad,** Curitiba, Brasil, v. 25, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329718543. Acesso em: 12 dez. 2022.

GONÇALVES, Helenice Souza; DOS ANJOS, Luiz Carlos Marques; DE LIMA FREITAS, Maurício Assuero. Relato integrado e desempenho financeiro das empresas listadas na B3. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 18, n. 2, p. 345-362, maio/ago. 2019. DOI: 10.18593/race.19954. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/19954. Acesso em: 9 ago. 2022.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of accounting and economics**, Boston, v. 31, n. 1-3, p. 405-440, 2001. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410101000180. Acesso em: 12 dez. 2022.

HOSSAIN, Amir; BOSE, Sudipta; SHAMSUDDIN, Abul. Diffusion of integrated reporting, insights and potential avenues for future research. **Accounting and Finance**, [S.l.], 2022. DOI: 10.1111/acfi.12981. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/acfi.12981. Acesso em: 12 dez. 2022.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION (IFRS)**. IFRS Foundation completes consolidation with Value Reporting Foundation.** United States of America, 2022. Site. Disponível em: https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/08/ifrs-foundation-completes-consolidation-with-value-reporting-

foundation/. Acesso em: 12 dez. 2022.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). **The International < IR > Framework**. [S. l.] Jan, 2021. Site. Disponível em: https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf. Acesso em: 9 ago. 2022.

JAYASIRI, Nuradhi Kalpani; KUMARASINGHE, Sriyalatha; PANDEY, Rakesh. 12 years of integrated reporting: A review of research. **Accounting & Finance**, [S.l.], 29 maio 2022. DOI: 10.1111/acfi.12958. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/acfi.12958. Acesso em: 12 dez. 2022.

KILIÇ, Merve; KUZEY, Cemil. Assessing current company reports according to the IIRC integrated reporting Framework. **Meditari Accountancy Research**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 305–333, 2018. DOI: https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2017-0138. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325626586_Assessing_current_company_reports_according_to_the_IIRC_integrated_reporting_framework. Acesso em: 10 ago. 2022.

MARIA, Selma Costa; D'ANGELO, Márcia Juliana; BORGERTH, Vania Maria da Costa. Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 33, n. 88, p. 63-80, 2021. DOI: 10.1590/1808-057x202112040. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/193085. Acesso em: 10 dez. 2022.

MAGRO, Cristian Baú Dal et al. Fatores explicativos do nível de disclosure voluntário de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Registro Contábil**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 92-109, jan./abr. 2014. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/312.pdf. Acesso em: 5 dez. 2022.

MIO, Chiara. Relatórios integrados: o estado da arte dos Relatórios Corporativos. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 31, p. 207-211, maio/ago. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-057x202090330. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcf/a/QJwLv5SjhMSZ4NvstWgxzsK/?lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2022.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; DOS SANTOS, Ariovaldo. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009. Disponível em: https://www.repec.org.br/repec/article/view/68/58. Acesso em: 9 jan. 2023.

NOVAKI, Daiane Zalutzki et al. O que é divulgado no relato integrado? uma análise das instituições financeiras listadas na Brasil Bolsa Balcão [B] ³. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, SC, v. 21, p. e3284-e3284, 2022. DOI: 10.16930/2237-766220223084. Disponível em: https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3284. Acesso em: 12 dez. 2022.

RICARDO, Veronica Silva; BARCELLOS, Sabrina Sobrinho; BORTOLON, Patrícia Maria. Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: fatores determinantes de divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São

Paulo, v. 11, n. 1, p. 90-104, jan./abr. 2017. Disponível em: https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1233. Acesso em: 5 dez. 2022.

RIVERA-ARRUBLA, Yaismir Adriana; ZORIO-GRIMA, Ana; GARCÍA-BENAU, María A. Integrated reports: disclosure level and explanatory factors. **Social Responsibility Journal**, [S. l.], 2017. DOI 10.1108/SRJ-02-2016-0033. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SRJ-02-2016-0033/full/html. Acesso em: 9 jan. 2023.

RIZZI, Denise Isabel et al. Fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo International Integrated Reporting Council. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 21-39, jan./abr. 2019. Disponível em: https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1596. Acesso em: 5 dez. 2022.

ROMÃO, Gabriel; DE ALBUQUERQUE RIBEIRO, Cíntia de Melo; VIEIRA NETO, Julio. A relação entre a aderência dos relatos integrados ao framework do IIRC e o desempenho econômico. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, Natal-RN, v. 14, n. 2, p. 146-168, Jul./Dez., 2022. DOI: 10.21680/2176-9036.2022v14n2ID24355. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/24355. Acesso em: 9 ago. 2022.

SOUZA, Paulo Vitor Souza de; ALMEIDA, Sidmar Roberto Vieira. Fatores relacionados ao nível de disclosure das companhias brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 166-186, abr./jun., 2017. Disponível em: http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6007. Acesso em: 30 out. 2022.

TROCZ, Pedro Junior Oliveira et al. Prática de responsabilidade corporativa sustentável: legitimidade a partir da evidenciação e do disclosure voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC. **Revista de Contabilidade e Controladoria (RC&C)**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 8-26, jan./abr. 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v14i1.80037. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/80037. Acesso em: 9 jan. 2023.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, [S. l.], v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001. Disponível em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1109&context=accounting_papers. Acesso em: 10 dez. 2022.

ZARO, Elise Soerger. Relato Integrado e a divulgação corporativa para a sustentabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 4–11, 2021. DOI: 10.51320/rmc.v22i1.1329. Disponível em: https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1329. Acesso em: 12 dez. 2022.

ZHOU, Shan; SIMNETT, Roger; GREEN, Wendy. Does integrated reporting matter to the capital market? **Abacus**, [S.l.], v. 53, n. 1, p. 94-132, 2017. DOI: 10.1111/abac.12104 Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/abac.12104. Acesso em: 30 out. 2022.